

Sindifisco Nacional - Delegacia Sindical de São Paulo

Clipping de 27 de janeiro de 2010

Notícias na íntegra

FOLHA DE S.PAULO

Lula sanciona, com vetos, Orçamento

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, com vetos, o Orçamento de 2010, aprovado em dezembro pelo Congresso. O texto será publicado na edição de hoje do "Diário Oficial da União".

Ontem, o governo informou apenas que há um veto relativo a investimentos da Petrobras, feito a pedido do Ministério de Minas e Energia. A expectativa é de que o presidente deve excluir quatro obras da estatal da chamada "lista negra" do Orçamento, para liberar as obras das refinarias Abreu e Lima (PE) e Presidente Getúlio Vargas (PR), do terminal de escoamento de Barra do Riacho (ES) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

O TCU (Tribunal de Contas da União) apontou irregularidades em todas as obras, mas a empresa encaminhou ao Congresso carta na qual se compromete a criar um grupo para aprimorar o sistema de monitoramento dos projetos.

Também estava programado para ser publicado hoje o decreto que autoriza o pagamento e empenho de dois doze avos dos gastos previstos para o ano. Essa autorização, prevista em lei, serve para garantir o funcionamento da máquina pública nos meses de fevereiro e março, quando será divulgada a primeira revisão do Orçamento deste ano. É nessa reavaliação que o governo vai determinar os primeiros cortes de despesas para o ano.

TECNOLOGIA

Americana Apple reclama de impostos altos no Brasil

DA REDAÇÃO

A companhia norte-americana Apple afirmou que o Brasil é um dos seus alvos de crescimento, mas reclamou que os tributos são "muito significativos" no país. "Nós estamos vendendo no Brasil já faz algum tempo e estamos aprendendo sobre o Brasil.

A economia brasileira é diferente da economia chinesa porque as taxas alfandegárias são muito significativas e os impostos são muito significativos lá, o que tende a agregar ao preço", afirmou Timothy Cook, diretor de operações da empresa, durante entrevista coletiva após a divulgação dos resultados do último trimestre do ano passado.

Apesar da reclamação sobre os tributos, o executivo disse que a empresa tem "tremendo foco" em mercados emergentes como Brasil e China. Segundo ele, 58% da receita da Apple no quarto trimestre de 2009 veio de fora dos Estados Unidos.

"Está claro quando você olha para os nossos números que nossas taxas de crescimento são muito maiores fora dos EUA. Nós temos consciência de que precisamos ir bem nesses mercados para continuarmos a crescer", afirmou Cook.

Anteontem, a companhia anunciou que teve um lucro de US\$ 3,4 bilhões no quarto trimestre do ano passado, com a venda de aparelhos como o iPhone, que quase dobrou o número de unidades comercializadas na comparação com o mesmo trimestre de 2008, atingindo 8,7 milhões de aparelhos. O lucro do quarto trimestre foi o maior da história da empresa e representou um aumento de quase 50% em relação ao mesmo período de 2008. Além dos bons resultados, a companhia vem sendo alvo de bastante atenção porque deve anunciar hoje um novo aparelho, que, cogita-se, seria um "tablet" (uma mistura de computador com celular).

"Os novos produtos que nós estamos planejando lançar neste ano são muito fortes, começando por esta semana com um grande novo produto com o qual estamos realmente animados", afirmou Steve Jobs, na divulgação do resultado trimestral.

A companhia já convidou a imprensa para acompanhar hoje a sua "mais recente criação". As ações da Apple se valorizaram em 1,41% ontem na Bolsa Nasdaq. (AF)

O ESTADO DE S.PAULO

Tribunal de Justiça quebra sigilo fiscal de instituto ligado ao PT

IFFé investigado por suposto desvio de R\$ 12,8 milhões da prefeitura na gestão de Marta

Fausto Macedo

Tamanho do texto? [A](#) [A](#) [A](#)

O Tribunal de Justiça de São Paulo quebrou ontem o sigilo bancário, financeiro e fiscal do Instituto Florestan Fernandes (IFF), alvo de inquérito do Ministério Público sobre suposto desvio de R\$ 12,8 milhões do Tesouro Municipal na gestão Marta Suplicy (PT). A decisão é da 3ª Câmara de Direito Público do TJ. Dois desembargadores, Antonio Carlos Malheiros e Paulo Magalhães da Costa Coelho, votaram pela abertura de dados do instituto.

Os magistrados divergiram, porém, sobre o período a ser alcançado pela medida. Malheiros, relator, restringiu a busca ao período de 28 de julho de 2003 a 1º de dezembro de 2004. Costa

Coelho, presidente da câmara, exige "investigação ampla e irrestrita", desde o início das atividades do instituto. "Não se pode limitar ou cercear o poder de investigação do Ministério Público. Se houver excessos ou violações a direitos, o Judiciário, em situação concreta, adotará providências."

O desembargador Marrey Unt pediu vista do processo, suspendendo o julgamento. Ele deve apresentar seu voto na próxima sessão. O IFF repudia enfaticamente suspeita de irregularidades em suas ações.

O inquérito apura se o instituto foi favorecido em subcontratações da administração Marta (2001-2004). Para rastrear a movimentação de recursos e identificar "os reais beneficiários", o Ministério Público ingressou, em 2006, com ação cautelar alegando que cinco secretarias municipais firmaram, sem licitação, ao menos 11 contratos de consultoria, de R\$ 12,8 milhões, com duas fundações que teriam subcontratado o IFF. Na ocasião, a Justiça da Fazenda Pública afastou o sigilo do instituto, que recorreu ao TJ e obteve liminar de Malheiros para suspender a ofensiva.

O Ministério Público avalia "insuficiente" o período firmado por Malheiros para acesso às informações. Três contratos foram assinados entre 1º de outubro e 20 de novembro de 2002. Os promotores querem vasculhar registros lançados até após o governo Marta. "Este voto é fruto da livre convicção deste magistrado, não passível de ser atingido por pressão de quem quer que seja", relatou ontem Malheiros, a quem a Promotoria do Patrimônio Público acusou de reter os autos por 3 anos e meio.

Malheiros atribui ao "gigantesco número de processos que assolam o Judiciário" o atraso no julgamento. Colegas dele destacam sua cautela na elaboração dos votos. Ele se indignou ante insinuações de que teria agido por motivação política.

A promotoria suspeita que a prefeitura teria repassado valores para o PT destinados a financiamento de campanhas eleitorais. "A situação parece complicar-se porque o instituto foi criado no bojo do Partido dos Trabalhadores, então detentor da administração municipal", assevera Malheiros. "Muitos membros desse instituto faziam parte da administração, a exemplo da ex-prefeita Marta Suplicy, que chegou a presidir aquele instituto. A suspeita do Ministério Público é que os contratos serviram em verdade para desviar dinheiro para o PT."

Malheiros ressaltou que a quebra "não intenta impor culpa ou dolo a alguém", mas verificar fatos e circunstâncias. "Nada tem o Ministério Público que investigar dados relativos a períodos distantes dos fatos indicados. Pensar de forma diferente pode significar infração à proteção, à intimidade e personalidade com sérios riscos ao Estado Democrático de Direito. Seria negar os significativos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Quem decide quem deve ou deixa de dever é o Judiciário. Ninguém mais. Perigosos "julgamentos" paralelos são absolutamente inúteis."

Ameaça de fim de benefício fiscal acelerou fusões

Governo estuda acabar com incentivo em vigor desde 1997, que reduz tributos nas incorporações de empresas

Renato Andrade e Adriana Fernandes

Tamanho do texto? **A A A A**



SEM DETALHES - "Há uma discussão sobre a desnecessidade dessa legislação", diz Nelson Machado

A decisão do governo de estudar mudanças na regra tributária, que tem incentivado incorporações de empresas, provocou uma corrida de investidores para acelerar a conclusão dessas operações no fim de 2009. Escritórios de advocacia que assessoram esse tipo de negócio verificaram aumento no número de operações nesse período, depois que tributaristas passaram a receber informações sobre a possível alteração.

O governo avalia reduzir as possibilidades de as empresas abaterem de seu lucro o ágio pago na incorporação de outras companhias. O benefício, que vigora desde 1997, é encarado pelos investidores como incentivo aos investimentos, já que a dedução do ágio reduz a base de incidência do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que abocanham cerca de 34% do ganho das companhias.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, confirmou ao Estado que a equipe econômica estuda o aproveitamento tributário do ágio, mas ainda não há decisão. "Foi uma legislação, feita na época da privatização, que sobrou. Há uma discussão sobre a desnecessidade dessa legislação." Machado preferiu não dar mais detalhes das discussões por causa dos impactos que a mudança pode ter sobre os negócios. "É uma discussão que vamos colocar na rua na hora que tivermos definição de quando fazer e se vamos fazer."

CORRIDA

Segundo Rodrigo Dias, sócio do escritório Tubino Veloso, Vitale, Bicalho e Dias Advogados, muitas empresas anteciparam projetos de incorporação para proteger a possibilidade de utilização desse ágio como benefício fiscal. Segundo o advogado, quando o mercado passou a receber informações dos estudos do governo, as empresas aceleraram os processos.

Outros escritórios de advocacia consultados pelo Estado relataram o mesmo movimento. "Tivemos pelo menos três operações em dezembro que foram fechadas antes da virada do ano por causa da preocupação com uma medida que pudesse alterar as regras a partir de janeiro", relatou um advogado, que não quis ser identificado.

Segundo Andréa Bazzo, sócia do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, alguns clientes que tinham condições de fechar as incorporações antes da virada do ano seguiram a tendência.

Não existe um levantamento oficial sobre quantas operações foram fechadas no fim do ano passado por causa do temor de eliminação do benefício. Somente no último trimestre, houve 188 operações, segundo relatório da PriceWaterhouseCoopers. Analistas ressaltam, entretanto, que nem todas elas geram ágio passível de dedução.

Especialistas acreditam que a medida pode prejudicar a atração de novos investimentos. "Isso é um tiro no pé do Brasil", afirmou Rodrigo Dias. "Se você quer atrair investidores, tem de oferecer esse benefício e não tributar o investimento e a produção." Ricardo Bolan, sócio da área tributária do Lefosse Advogados, reforça a crítica. "Temos um bom ano na atividade de fusões e aquisições, e a mudança de regra desestimula, sem dúvida."

Dívida pública federal aumenta R\$ 100 bi e atinge R\$ 1,5 tri em 2009

A expectativa é que este ano, com os programas de estímulo econômico, a dívida cresça mais R\$ 230 bilhões

Fabio Graner e Adriana Fernandes

Tamanho do texto? **A A A A**

Impulsionada pelas ações do governo para amortecer os efeitos da crise internacional na economia brasileira, a dívida pública federal cresceu R\$ 100 bilhões em 2009, passando de R\$ 1,397 trilhão para R\$ 1,497 trilhão - uma expansão de 7,2% no estoque da dívida, num ano em que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não deverá chegar a 0,5%. Como as ações de estímulo à atividade econômica serão mantidas em 2010, a pressão vai continuar. A dívida pública federal é formada pela dívida interna em títulos e pela dívida externa.

Segundo o Plano Anual de Financiamento (PAF), documento divulgado ontem pelo Tesouro que expõe a estratégia de rolagem da dívida pública, o estoque de endividamento crescerá no mínimo R\$ 103 bilhões e no máximo R\$ 230 bilhões. O PAF define bandas de variação para os diferentes

indicadores relacionados à dívida. Segundo a estratégia do Tesouro, o endividamento federal deve fechar 2010 em no mínimo R\$ 1,6 trilhão e, no máximo, R\$ 1,73 trilhão.

No passado houve períodos em que o endividamento cresceu mais de R\$ 100 bilhões em um ano, por causa da excessiva vulnerabilidade às oscilações das taxas de juros e do câmbio, que indexavam mais da metade da dívida. Hoje essa vulnerabilidade é bem menor e esse movimento ocorre por opção deliberada do governo.

Hoje, 60% do estoque da dívida é composto de papéis prefixados (com juros definidos na data de venda) ou atrelados a índices de preços. Para dar maior poder de fogo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, o governo emitiu R\$ 100 bilhões em títulos no ano passado e lançará mais R\$ 80 bilhões em 2010.

Além disso, a Caixa Econômica Federal ganhará mais R\$ 6 bilhões em 2010 e o Fundo de Marinha Mercante terá reforço de R\$ 15 bilhões para financiar a construção de navios.

O governo ainda tem de pagar os juros dos títulos em circulação e resgatar os papéis que vencem este ano, embora a concentração seja relativamente pequena. Pode ainda antecipar a emissão de títulos para honrar os vencimentos de 2011, aliviando a vida do sucessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Só em janeiro do ano que vem vencem mais de R\$ 100 bilhões. O estoque da dívida em 2010 pode subir ainda com as emissões a serem feitas para o Fundo Soberano do Brasil (FSB) comprar dólares.

ROLAGEM DA DÍVIDA

Para o secretário do Tesouro, Arno Augustin, o crescimento da dívida pública bruta não é algo preocupante porque o endividamento líquido, que considera também os créditos do governo, voltará a cair neste ano.

A estratégia de rolagem da dívida pública prevista no PAF mostra que o Tesouro deverá enfatizar as emissões de papéis prefixados, refletindo o relativo sucesso da economia brasileira no plano internacional. Esses títulos fecharam 2009 representando 32,2% da dívida pública federal e o Tesouro prevê aumento dessa participação para até 37% no fim deste ano.

Com isso, deve ocorrer melhora de perfil, do ponto de vista da previsibilidade de pagamento de juros, mas também o possível encarecimento da dívida, pois o mercado cobra mais caro para adquirir estes papéis.

No ano passado, o PAF foi divulgado em meio à fase aguda da crise e mostrou um Tesouro conservador, projetando como mais provável um cenário de perda da participação de prefixados e aumento da parcela da dívida vinculada à taxa básica de juros, a Selic. Mas a crise passou, o País se tornou uma das vedetes dos investidores externos e 2009 fechou com a participação dos prefixados estourando o teto previsto. Para Augustin, foi positivo esse "descumprimento" da meta.

No PAF 2010, o Tesouro estreitou a banda de participação de títulos vinculados à Selic - de 6 para 4 pontos percentuais. Assim, devem representar no máximo 34% do total, perto dos 33,4% do fim de 2009.

Programa ambicioso para a dívida

Tamanho do texto? **A A A A**

A dívida pública federal em 2009 atingiu R\$ 1,492 trilhão, respeitados os limites fixados no Plano Anual de Financiamento (PAF) - de R\$ 1,45 trilhão a um máximo de R\$ 1,6 trilhão. Do total, R\$

96,97 bilhões são de dívida externa, que em relação a 2008 diminuiu 25%, enquanto a dívida mobiliária interna aumentou 10,6%, com uma inflação de 4,5%.

Trata-se de uma boa situação em comparação com a dos países do Primeiro Mundo, cujas dívidas tiveram forte crescimento, mas, em relação ao PIB, a nossa está muito alta (47,6% do PIB).

Pode-se entender que foi necessário, no período, adotar uma política antirrecessiva. O Tesouro aproveitou a valorização da moeda nacional para reduzir sua dívida externa, porém o custo médio da dívida interna, de 10,69% nos últimos 12 meses, ficou acima da taxa Selic, porque os investidores continuaram exigindo remuneração considerada muito alta pelo secretário do Tesouro.

Verifica-se que o Tesouro não cumpriu as metas, consignadas no PAF de 2009, de participação de títulos prefixados, que ficou em 32,2%, para a meta de 24% a 31%; da parcela da dívida a vencer em 12 meses, que ficou em 23,6%, ante meta de 25% a 29%; e da participação dos títulos atrelados ao câmbio - 6,6%, ante meta de 7% a 11%.

O PAF de 2010 não parece sinalizar uma política de austeridade, pois estabelece limites de R\$ 1,6 trilhão a R\$ 1,73 trilhão para este ano, ou seja, uma elevação de 14,3% a 16,1% para um PIB calculado pelo Banco Central de 5,8%.

Na meta superior estão incluídos financiamentos de R\$ 80 bilhões para o BNDES e de R\$ 6 bilhões para a Caixa Econômica Federal.

Isso parece ter um objetivo eleitoral, mesmo que, como afirma o Tesouro Nacional, se preveja a rolagem antecipada de títulos que vencem em janeiro de 2011, no valor de cerca de R\$ 100 bilhões, a fim de não dificultar a atuação do novo governo.

O novo PAF procura melhorar o perfil da dívida. Está prevendo a emissão de Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F) com vencimentos em 2020. Os títulos prefixados serão de 1 a 2 anos e as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos vinculados à taxa Selic, serão emitidos com prazo superior a 3 anos.

A partir da experiência de 2009, decidiu-se reduzir os leilões de recompra que tiveram um custo muito elevado. Todo o problema é saber se, com a deterioração das finanças públicas e uma queda da liquidez no mercado internacional, será fácil financiar um programa tão ambicioso da dívida brasileira.

Volta do IPI não será repassada de imediato

Benefício termina no dia 31, mas preço será mantido por 30 a 45 dias

Márcia De Chiara

Tamanho do texto? **A A A A**

O consumidor terá fôlego extra, de 30 a 45 dias, para comprar geladeiras, fogões e máquinas de lavar com Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido, mesmo que o governo não renove o benefício tributário que termina no dia 31 deste mês.

Embora o varejo desta vez não tenha feito grandes estoques preventivos, como ocorreu no fim de outubro, quando o IPI reduzido para linha branca dos produtos de menor consumo de energia foi renovado pela primeira vez, indústrias calculam que, pelas suas vendas, as lojas tenham estoque de até 45 dias de produtos comprados com IPI reduzido para bancar as promoções.

Nas lojas do Ponto Frio, do Extra e do Extra Eletro, redes do Grupo Pão de Açúcar, a ordem é manter os preços reduzidos de fogões, geladeiras e máquinas de lavar até o fim dos estoques. Segundo a empresa, o estoque médio da companhia para esse tipo de produto varia entre 30 e 45 dias. Isso significa que as promoções teriam fôlego até meados de março, dependendo do ritmo das vendas.

O Walmart é outra grande rede varejista que está disposta a bancar as promoções. A empresa informa, por meio de sua assessoria, que "após o encerramento do prazo da redução do IPI, vamos repassar o benefício até o fim dos estoques".

Já as Casas Bahia, que aguardam o sinal verde do governo para se unir ao Grupo Pão de Açúcar, não revelam a estratégia de mercado após o fim do corte do IPI. Nas últimas semanas, a rede é uma das que mais têm usado o IPI reduzido como mote de suas campanhas.

A cinco dias de terminar o benefício em vigor desde 17 de abril, o sentimento de indefinição sobre a renovação ou não do IPI reduzido predomina entre os fabricantes de eletrodomésticos da linha branca.

Armando Ennes do Valle Jr., diretor de Relações Institucionais da Whirlpool e membro da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), aguardava até o início da noite de ontem a confirmação de uma reunião que seria marcada para hoje, em São Paulo, com os assessores do ministro Fazenda, Guido Mantega, para discutir a renovação do corte do IPI.

Entre os argumentos que os fabricantes pretendem usar para pressionar pela manutenção do IPI reduzido é o aumento da arrecadação. Enquanto o governo diz que deixou de arrecadar R\$ 336 milhões com a queda do imposto, a indústria rebate e afirma que a arrecadação aumentou.

O diretor da Whirlpool diz que o cálculo do governo levou em conta apenas redução de alíquota e não considerou o crescimento nas vendas. As quantidades vendidas de fogões, geladeiras e máquinas de lavar cresceram 24% em 2009 na comparação com o ano anterior. Antes do corte do IPI, no primeiro trimestre de 2009, houve queda de 4% nos volumes na comparação anual.

Nos cálculos de Valle Jr., entre PIS/Cofins e ICMS, o governo arrecadou R\$ 479 milhões com a venda de eletrodomésticos com imposto menor e teve um superávit de R\$ 142 milhões, descontada a perda de arrecadação com o IPI de R\$ 336 milhões, levando-se em conta só a queda da alíquota, de acordo com cálculos do governo.

Mesmo que o corte do IPI não seja renovado, a indústria não pretende demitir trabalhadores readmitidos em razão dessa medida. Valdemir Dantas, presidente da Latina, projeta crescimento de 8% da sua empresa em 2010, baseado no aumento de 5% do PIB.

VALOR ECONÔMICO

O papel da Fazenda na crise

27/01/2010

Texto: A- A+



Compartilhar



Muito já se falou sobre o papel desempenhado pelo Banco Central (BC) na crise financeira internacional. Mas e o Ministério da Fazenda? Teve atribuição coadjuvante? Definitivamente, não! Enquanto o BC trabalhou no enfrentamento direto dos efeitos da crise, especialmente no momento mais agudo da turbulência, entre setembro e dezembro de 2008, a Fazenda adotou medidas que ajudaram a economia a se recuperar mais rapidamente.

Principal formulador dessas medidas, o secretário de Política Econômica da Fazenda, Nelson Barbosa, fez um apanhado sobre a experiência para o primeiro número do "Journal of Globalization and Development", uma publicação da Berkeley Electronic Press, criada por quatro renomados economistas - Dani Rodrik, Joseph Stiglitz, José Antonio Ocampo e M. Shahe Emran. O texto, de 13 páginas, está disponível em inglês no seguinte endereço eletrônico: <http://www.bepress.com/jgd/vol1/iss1/art13/>.

Barbosa diz, em seu artigo, que as ações do governo brasileiro podem ser divididas em três grupos. No primeiro, estão as "iniciativas estruturais" adotadas antes da crise. A primeira delas foi a expansão dos mecanismos de proteção social. Juntos, benefícios previdenciários, seguro-desemprego e programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) custaram aos cofres públicos 6,9% do PIB em 2002. No ano passado, atingiram 9,3% do PIB. Na avaliação do secretário, isso ajudou a criar um estabilizador automático e progressivo da renda disponível em períodos de crise.

A segunda iniciativa foi a adoção de uma política de aumentos reais para o salário mínimo (SM). Como 60% dos benefícios sociais e a maior parte do seguro-desemprego estão atrelados ao SM, um dos principais resultados dessa política foi aumentar a transferência de renda para as famílias. Vale lembrar que o SM é também usado como referência no setor informal da economia.

A terceira ação foi a elevação dos investimentos públicos em infraestrutura - de 0,5% para 0,9% do PIB entre 2005 e 2008. Barbosa atribui o aumento do crescimento médio do PIB entre dois períodos do governo Lula - 3,2% em 2003-05 e 4,9% em 2006-2007 - aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. Parece um exagero, mas Barbosa tem um bom argumento: no pior momento da crise, o governo incrementou os investimentos da União e da Petrobras, de tal sorte que, em 2008, eles adicionaram 0,6% do PIB à demanda agregada. Em 2009, responderam por 16% do total investido pela economia.

No ano passado, o governo também reduziu impostos - em 0,3% do PIB - no âmbito da política industrial. Além disso, contratou milhares de funcionários públicos e elevou seus salários, numa política deliberada a partir de 2007. O secretário sustenta que a medida teve "impacto macroeconômico altamente expansionista" no curto prazo. Este é um fato, mas elevar os vencimentos de servidores que gozam do benefício da aposentadoria integral não parece ser a política mais adequada - o incentivo à despoupança da parcela mais bem aquinhada dos trabalhadores terá efeitos deletérios para a economia a longo prazo.

O segundo grupo diz respeito às medidas temporárias. Barbosa explica as iniciativas do BC, mas o foco aqui é a Fazenda. Uma delas foi o empréstimo, equivalente a 3,3% do PIB, dado pelo Tesouro ao BNDES no início de 2009. Foi a forma encontrada para destravar o crédito, inclusive capital de giro, de pequenas e médias empresas. O Tesouro também liberou recursos subsidiados para que Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal apoiassem, respectivamente, a agricultura e o investimento imobiliário. O resultado é que, entre setembro de 2008 e julho de 2009, a oferta de crédito dos bancos estatais cresceu 33%, diante de 9,1% dos bancos privados.

Barbosa não chega a criticar a "demora" do BC em reduzir os juros em meio à crise, mas diz que, diante desse fato, a Fazenda teve que adotar medidas compensatórias do lado fiscal para estimular a economia.

Ele cita os cortes de impostos promovidos para evitar uma acumulação excessiva de estoques de alguns produtos - automóveis, eletrodomésticos, bens de capital e insumos da construção civil. Esta foi, sem dúvida, uma medida acertada e de custo relativamente baixo - 0,3% do PIB. O secretário menciona ainda a ajuda dada a Estados e municípios em 2009 - a manutenção dos repasses dos fundos de participação e a assunção de parte dos investimentos desses entes em saneamento básico e transporte urbano. Além disso, o governo aumentou o período máximo de recebimento do seguro-desemprego.

No terceiro grupo de iniciativas estão "novas ações estruturais", como a criação de alíquotas do Imposto de Renda de pessoa física (injeção de 0,2% do PIB na renda disponível em 2009); o lançamento de um ambicioso programa habitacional (Minha Casa, Minha Vida); e a redução da taxa básica de juros (Selic) - de 13,75% para 8,75% ao ano. Nesse quesito, o secretário deixa escapar um comentário irônico. Ele lembra que, antes da crise, o juro real oscilava entre 7% e 9% ao ano e que, agora, está em 5% e, no futuro próximo, deverá variar entre esse valor e 7%. "Essa ainda seria uma taxa de juro real muito alta para padrões internacionais, mas esta é uma outra história", diz Nelson Barbosa.

A crise deixou algumas lições. A primeira delas, na opinião do secretário, é que é preciso ter uma situação fiscal estável e, mais importante do que isso, um nível de reservas internacionais confortável. A segunda lição é que a existência de mecanismos de proteção social ajuda na adoção de políticas anticíclicas e que instrumentos tradicionais de intervenção do Estado, como bancos e empresas estatais, facilitam a ação do governo na estabilização da economia.

A terceira lição é que uma regulação prudencial "pesada" do setor financeiro é não só útil para evitar crises, mas também para combater seus efeitos. A baixa alavancagem dos bancos brasileiros e o elevado recolhimento compulsório, segundo Barbosa, "provaram ser extremamente úteis durante a crise de crédito". Por último, o secretário sustenta que o fato de o governo Lula ser de centro-esquerda facilitou o combate à crise. "As autoridades governamentais não perderam muito tempo debatendo as implicações ideológicas de cada iniciativa", comenta ele.

Cristiano Romero é repórter especial e escreve às quartas-feiras.

E-mail cristiano.romero@valor.com.br

AGU prepara "pente-fino" contra salários acima do teto pagos a servidores

Luciano Máximo, de São Paulo
27/01/2010

Texto: [A-](#) [A+](#)



Compartilhar

Nós próximos dias, a Advocacia Geral da União (AGU) promete fazer um "pente-fino" nos processos judiciais que permitem elevar salários para além do teto constitucional do funcionalismo federal de R\$ 24.500,00, valor referente à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Recente portaria do Ministério do Planejamento mostra que servidores de 81 unidades da administração pública federal, entre ministérios, instituições de ensino e agências reguladoras, entraram com ação na Justiça para conseguir aumento salarial. Deste total, 25 órgãos foram obrigados a pagar salários dignos de marajás.

A maior remuneração do país, por exemplo, é paga a um servidor da Universidade Federal do Ceará (UFCE): R\$ 46.430,42, o que corresponde a mais de quatro vezes o rendimento mensal do presidente da República. A Justiça definiu R\$ 27.455,37 como reposição de perdas do Plano Collor (reajuste de quase 85%) e manutenção de comissões e outras vantagens asseguradas por uma portaria de 1987 do Ministério da Educação. O caso não é único. A decisão judicial beneficia mais de 300 servidores que, no início da década de 1990, moveram ação coletiva contra a instituição, revela Afrânio Aragão Craveiro, professor emérito do

departamento de química da UFCE, cujo salário-base original é R\$ 3.111,85. Graças ao processo, a remuneração bruta dele saltou para R\$ 39 mil.

"Isso porque eu me aposentei como pró-reitor. Mas estou dentro do teto constitucional, porque tenho descontos de mais de R\$ 2 mil de INSS e de R\$ 13.643,00 do abate teto. Posso lhe enviar uma cópia do meu contracheque", explica Craveiro, que ainda está na ativa na UFCE, apesar da aposentadoria. "Os quintos da portaria ministerial já incorporados não podem ser reduzidos", despachou o desembargador Paulo Gadelha em processo que corre no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A AGU argumenta que, devido às múltiplas interpretações jurídicas e à leniência de procuradores no passado, nem sempre consegue que as decisões judiciais acatem ao desconto abate teto, que ajusta a remuneração bruta ao teto legal. E o problema se concentra nas instituições federais de ensino, pois ministérios e agências que pagam salários acima do piso adotaram o abate. Um exemplo é o próprio Ministério do Planejamento, cuja maior remuneração alcança o valor de R\$ 28.979,68, que com o desconto de exatos R\$ 4.479,68, resulta num salário bruto de R\$ 24.500. "Antes da criação da Procuradoria-Geral Federal, cada universidade se defendia sozinha, e como elas não tinham representação em Brasília, era difícil reverter decisões judiciais desfavoráveis locais, inclusive por má-fé dos procuradores, o que ocorreu em alguns casos e levou a demissões dos mesmos após a criação da PGF", informou em nota a AGU.

Segundo a assessoria de imprensa do órgão, o procurador-geral federal, Marcelo Siqueira Freitas, está priorizando o assunto. "Ele entrou pessoalmente em contato com o Ministério do Planejamento e solicitou que fossem enviados à procuradoria todos os dados referentes a esses casos de remunerações acima do teto decorrentes de decisões judiciais em universidades e institutos federais de educação tecnológica, para avaliar, individualmente e com prioridade, todas as situações e verificar se é possível reverter tais decisões judiciais."

O economista Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, alerta para a institucionalização do problema. "Virou uma indústria, repare que os casos mais graves estão no Norte e Nordeste", diz. Diretor de carreiras do Ministério do Planejamento no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, Marconi lembra que já enfrentava os casos. "Havia leniência, a União perdia os prazos para recorrer. O Ministério e a AGU precisam fazer auditoria em todos os pagamentos, recorrer de sentenças e negociar com o Judiciário para padronizar as interpretações sobre o teto, que está na Constituição", completa.

Recuperada da crise, a economia corre o risco de superaquecer no próximo ano


Câmbio flutuante e o fim dos impulsos monetário e fiscal

Marcelo Kfoury

27/01/2010

Texto: [A-](#) [A+](#)



 [Compartilhar](#) 

O ajuste automático do câmbio será ao longo de 2010 por causa das eleições e da diminuição da liquidez americana

A grave crise global do fim de 2008 foi mais um teste de estresse para a política macroeconômica brasileira e novamente o resultado foi um sucesso, garantindo ao Brasil papel de destaque perante outras economias no processo de recuperação da atividade econômica.

As políticas de responsabilidade do Banco Central (BC), monetária e cambial, foram executadas de maneira sensata e correta, ajudando o país a ser um dos primeiros a sair da recessão e voltar a crescer

expressivamente já no segundo trimestre de 2009. A política fiscal executada também desempenhou papel importante no momento mais agudo da crise, embora a percepção atual entre os economistas seja a de que não há espaço adicional para mais impulso fiscal.

O regime de câmbio flutuante é comumente apreciado durante períodos de baixa volatilidade cambial. Movimentos bruscos e/ou prolongados em uma única direção, porém, levam a um recrudescimento das críticas que normalmente estão associadas a lobbies de setores que se dizem prejudicados pelo "novo" patamar da taxa de câmbio. No último trimestre de 2008, o expressivo aumento da aversão ao risco global juntamente com o declínio dos preços das commodities produziram uma sobredepreciação ("overshooting") da taxa de câmbio.

Somando-se a isso as posições no mercado de derivativos de diversas empresas, o pânico no mercado cambial só pôde ser debelado graças à ação imediata e pertinente do Banco Central, que utilizou parte das reservas internacionais para elevar a liquidez evitando, dessa forma, distorções de preço. Em paralelo, a depreciação da taxa de câmbio permitiu um ajustamento da conta corrente (de US\$ 28 bilhões em 2008 atingindo um mínimo de US\$ 17 bilhões em setembro de 2009), graças ao regime de câmbio flutuante e também à contração da demanda doméstica no primeiro trimestre de 2009. Tal ajustamento permitiu a rápida absorção dos efeitos da crise, levando ao conseqüente fortalecimento do real.

Nos últimos meses, a forte entrada de capital para a bolsa de valores e o enfraquecimento do dólar a nível mundial fez com que o real testasse novos valores mínimos em relação à moeda americana em termos reais em novembro do ano passado. A natureza da entrada do capital mudou; ao invés de comprar títulos do governo e derivativos a eles lastreados, o capital estrangeiro está sendo direcionado para a bolsa de valores devido à perspectiva mais favorável de crescimento da economia brasileira em relação à mundial. Diante desse cenário, o déficit da conta corrente dobrará em 2010 em relação a 2009 (de US\$ 25 bilhões de déficit para US\$ 50 bilhões). Dessa forma, o ajuste automático do câmbio flutuante, que ainda não está ocorrendo por causa da forte entrada de capitais, ocorrerá ao longo de 2010 devido à proximidade das eleições, à diminuição da liquidez nos Estados Unidos, além da piora dos fundamentos externos (déficit na conta corrente) da economia brasileira.

No tocante às políticas fiscal e monetária, a questão é como diminuir os atuais impulsos para o crescimento, uma vez que a economia já se encontra quase que plenamente recuperada, correndo o risco de superaquecer no próximo ano. Prevemos uma taxa de crescimento do PIB de 5,9% em 2010, bem acima dos 4,5% estimados para o crescimento do produto potencial.

O superávit primário, que em setembro de 2008 era de 4% do PIB, atingiu cerca de 1% do PIB em outubro de 2009. Tal queda pode ser plenamente justificada pela contração da arrecadação devido aos efeitos da atividade econômica, mas também pelas isenções fiscais nos setores automobilístico e de eletrodomésticos. Contribuiu também para a queda do superávit primário o aumento dos gastos públicos para suavizar a recessão na virada do ano. Porém, não há evidências que o superávit primário voltará a subir ao nível pré-crise em 2010, mesmo diante de um cenário de crescimento acelerado. O Banco Central está usando uma meta de superávit primário de 2,5% do PIB considerando as deduções do Projeto Piloto de Investimentos (PPI) e os recursos fiscais do fundo soberano no seu cenário de inflação. Nesse sentido, todo o esforço de ajuste para um crescimento não inflacionário ficará a cargo do Banco Central.

Mesmo sendo ano de eleição, acreditamos que o Banco Central não se ausentará em executar a política monetária da mesma maneira autônoma e responsável como vem fazendo durante toda a vigência do regime de metas para a inflação. Na nossa opinião, o voto dos eleitores brasileiros é mais negativamente afetado pela elevação da inflação do que pelo aumento das taxas de juros. Segundo as nossas estimativas, em 2010, se o Banco Central não aumentar a taxa de juros, a inflação atingirá patamar acima de 5% significando perda de credibilidade da autoridade monetária e elevações ainda maiores das taxas de juros em 2011 para que a inflação retorne à trajetória das metas.

Ainda segundo o nosso modelo, seria necessário um aumento de 3,5% na taxa Selic, começando em março de 2010 até setembro de 2010, para garantir que a inflação se situe em torno da meta em 2010 e 2011. Se houvesse coordenação com a política fiscal, tal aumento de juros poderia ser menor, mas infelizmente esse não é o cenário com o qual estamos trabalhando.

Marcelo Kfoury é economista-chefe do Citi Brasil.

Tributário: Órgão mantém multa milionária ao julgar novo recurso



Conselho muda decisão do caso RBS

Luiza de Carvalho, de Brasília

27/01/2010

Texto: [A-](#) [A+](#)



 [Compartilhar](#) 

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) alterou, inesperadamente, seu entendimento na disputa entre a Fazenda Nacional e o grupo gaúcho de comunicação RBS. Em 2008, a Câmara Superior - instância máxima do órgão - havia absolvido a empresa de uma autuação fiscal de R\$ 286,04 milhões. A multa foi lavrada porque o Fisco entendeu que a empresa realizou, ao associar-se por 50 dias à Telefônica, uma operação de planejamento tributário batizada de "casa e separa". Esta semana, no entanto, os conselheiros analisaram um novo recurso, interposto pela Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre, e mantiveram a autuação fiscal. A reversão do entendimento após uma espécie de "trânsito em julgado" do recurso administrativo surpreendeu tributaristas. O processo tramita há sete anos no Carf.

Nas operações de "casa e separa", também conhecidas como "sociedades relâmpagos", o comprador e o vendedor se reúnem em uma terceira empresa. Um coloca as ações e o outro o dinheiro. O vendedor aumenta os ativos da empresa, mas emite ações que são subscritas pelo comprador. Quando a vendedora sai da sociedade não tem ganho de capital - já que resgata o valor equivalente ao ativo que investiu na empresa - e, assim, não é tributada integralmente pelo Imposto de Renda e pela CSLL.

O caso RBS teve origem em 1996, quando a empresa Nutec Informática, que criou o provedor de acesso NutecNet, associou-se ao grupo gaúcho, o que resultou na criação do provedor ZAZ. Em 1999, a RBS associou-se à Telefônica, que assumiu o controle da Nutec. Cerca de dois meses depois, o grupo RBS deixou a sociedade. Em 2001, o Fisco multou a RBS por entender que a parceria com a Telefônica teria sido, na verdade, uma estratégia para não arcar com a tributação incidente sobre a venda da participação acionária na Nutec.

A RBS recorreu da multa, alegando que não se tratava de uma operação "casa e separa", mas de uma sociedade que não deu certo. Em 2008, a Câmara Superior decidiu favoravelmente à RBS, por entender que não havia provas suficientes de que a operação teria sido um caso de "casa e separa". À época, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recorreu do acórdão, mas teve seus embargos negados pelo Carf. No entanto, um novo recurso - embargos de declaração - foi ajuizado pela Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre, sob a alegação de que a decisão foi omissa em alguns pontos. Mas a análise do recurso pelos conselheiros da Câmara Superior acabou resultando na inversão do julgamento, por um placar de 6 a 4.

De acordo com o tributarista Hamilton Dias de Souza, sócio do Dias de Souza Advogados Associados, que defende a RBS, dificilmente um caso teve os fatos mais esmiuçados pelo conselho do que esse. "Devido aos inúmeros pedidos de vista, compareci ao Carf pelo menos vinte vezes", diz. Segundo ele, não foi alegado nenhum fato novo no recurso da delegacia, sendo exatamente idêntico àquele interposto pela PGFN. "Não existe no processo civil uma duplicidade de recursos com o mesmo argumento. O processo não pode ser infinito."

A estratégia da RBS para tentar derrubar a decisão ainda não foi definida. De acordo com Dias de Souza, é preciso antes aguardar a publicação do acórdão. "O precedente é gravíssimo e contribui para a judicialização das causas tributárias", afirma Dias de Souza

Para o coordenador da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no Carf, Paulo Riscado, "o regimento do órgão é aberto e não diz se os embargos só podem discutir um erro material ou se podem entrar no mérito do tema". Segundo ele, o julgamento não foi absurdo, pois é comum que, na discussão a

respeito de uma omissão levantada nos embargos, mude-se o resultado do julgamento. "Não dá para limitar a discussão dos conselheiros", diz. A jurisprudência do Carf, na avaliação de Riscado, está consolidada no sentido de impedir a realização desse tipo de operação.

A decisão do Carf surpreendeu tributaristas, que consideraram inédita a possibilidade de reversão do julgamento por meio de recurso apresentado por uma delegacia. De acordo com o advogado Albert Limoeiro, do Limoeiro Advogados, as delegacias têm competência apenas para pleitear embargos de declaração no sentido de esclarecer determinados pontos - por exemplo, um erro de cálculo ou de escrita -, e não para rediscutir novamente o que já foi julgado. Para o advogado André Davis Almeida, da banca Azevedo Sette Advogados, na prática, significa dizer que a Fazenda deixa de ser representada apenas pela PGFN, passando a ter outros defensores, as delegacias de fiscalização da Receita.

De acordo com o advogado Flávio Eduardo Carvalho, do escritório Souza, Schneider e Pugliese Advogados, houve uma inversão na ordem do processo administrativo, pois o julgamento do Carf não poderia ter sido submetido à delegacia. "É como se um juiz de primeira instância pedisse para o Supremo reavaliar um julgamento", diz. Segundo ele, o procedimento é perigoso principalmente em relação aos planejamentos tributários, que já possuem uma jurisprudência favorável ao Fisco no Carf. "A manobra da Fazenda nos deixa preocupados e atenta contra o princípio da segurança jurídica do contribuinte", afirma o advogado Tiago Conde Teixeira, do Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados.

Emenda dos precatórios

A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 62, de 2009, que instituiu um regime especial de pagamento de precatórios. A entidade alega que as mudanças violaram o devido processo legislativo e transgrediram limites inscritos em cláusulas pétreas da Constituição Federal. Para a Anamages, a Constituição condiciona a possibilidade de alteração à obediência dos preceitos fixados em seu artigo 60. A emenda, no entanto, desobedeceu as limitações impostas no referido dispositivo, entre eles o do devido processo legislativo. Isso porque infringiu o Regimento Interno do Senado Federal ao não respeitar o intervalo mínimo de cinco dias úteis entre o primeiro e segundo turno de votação, que foram realizados na mesma data.

Parmalat discute multa de R\$ 11 bilhões

De Brasília
27/01/2010
Texto: [A-](#) [A+](#)



 [Compartilhar](#) 

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) começa a analisar uma autuação fiscal de R\$ 11 bilhões, incluindo multas e juros, de supostos custos e despesas que o Fisco entende que não deveriam ser deduzidos pela Parmalat em 1999. Esta semana, os conselheiros da 4ª Câmara da 1ª Seção do Carf chegaram a debater o processo, que foi suspenso por um pedido de vista antes que algum voto fosse proferido. A multa envolve a arrecadação de CSLL, Imposto de Renda, PIS e Cofins. A empresa conseguiu cancelar cerca de 90% da multa ao recorrer a uma delegacia da Receita Federal, que reduziu o valor para R\$ 1,5 bilhão. No entanto, ao recorrer para o Carf, o Fisco fez com que todo o auto de infração original - envolvendo os R\$ 11 bilhões - fosse questionado novamente. A legislação prevê que isso pode ocorrer com recursos envolvendo multas com valores superiores a R\$ 1 milhão. Com a correção monetária, o valor representaria hoje R\$ 18 bilhões.

No auto de infração lavrado em 2004, o Fisco faz cinco acusações à empresa referentes ao ano de 1999 - dentre eles, pagamentos "sem causa", omissão de receita e falta de comprovação da devolução de mercadorias. Destas, uma das mais revelantes é a não comprovação da origem de US\$ 300 milhões, que

teriam sido recebidos por duas empresas estrangeiras. O advogado José Henrique Longo, do escritório Pompeu, Longo, Kignel & Cipullo Advogados - que atua na defesa da Parmalat em parceria com o Machado, Meyer Advogados -, ressaltou, no julgamento, a discrepância entre o valor do auto de R\$ 11 bilhões ante o faturamento da empresa naquele ano, que foi de R\$ 1,4 bilhão. Outro dado apresentado pelo advogado é referente à arrecadação de Imposto de Renda pela Receita Federal em 1999, que foi de R\$ 12 bilhões, pouco mais do que o valor da autuação imposta à Parmalat. A empresa alega que o entendimento do Fisco desconsidera todos os custos de produção da Parmalat.

Longo sustentou ainda, perante os conselheiros do Carf, que um dos motivos para a ocorrência de erros na fiscalização foi a pressa na realização do auto, lavrado 48 horas antes que expirasse o prazo de decadência - limite de cinco anos após a ocorrência do fato. De acordo com a argumentação de Longo, é razoável que seja difícil analisar o grande volume de notas fiscais de uma empresa que conta com 60 mil fornecedores. A empresa defende, inclusive, que o prazo para cobrança de boa parte dos tributos pleiteados pelo Fisco terminou antes da data da autuação. Procurada pelo **Valor**, a Parmalat esclareceu apenas que a dívida não foi herdada pelos atuais controladores da empresa, a Laep(LC)